

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

ATIVO	EXERCÍCIO 2005	EXERCÍCIO 2004	PASSIVO	EXERCÍCIO 2005	EXERCÍCIO 2004
ATIVO	121.871.594,81	104.597.602,22	PASSIVO	121.871.594,81	104.597.602,22
DISPONÍVEL	249.458,13	(177.715,58)	CONTAS A PAGAR	745.396,42	637.499,98
CONTAS A RECEBER	16.320.919,52	15.406.226,25	VALORES EM LITÍGIO	3.857.069,02	3.737,10
APLICAÇÕES	105.301.217,16	89.369.091,55	COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	129.664.883,00	98.806.212,00
Renda Fixa	84.451.138,08	70.188.085,33	FUNDOS	157.469,78	112.184,92
Renda Variável	11.533.407,28	9.379.790,51	SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO ACUMULADO	(12.553.223,41)	5.037.968,22
Imóveis	6.020.243,62	6.648.616,91			
Empréstimos/Financiamentos	3.296.428,18	3.152.598,80			
Outras Aplicações	—	—			

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2005	EXERCÍCIO 2004	<u>Comentários sobre o Plano</u>
Contribuições	6.843.232,75	5.318.310,33	<p>1 - Rentabilidade A rentabilidade do Programa de Investimentos da PREVIMINAS, apurada através da taxa interna de retorno, foi de 19,79% ao ano em 2005 (17,73% ao ano, em 2004). Esse resultado superou em 74% a meta atuarial do exercício de 2005, que ficou em 11,35% ao ano (12,50% ao ano, em 2004).</p> <p>2 - Custeio Administrativo Em 2005, as despesas administrativas globais representaram 16,61% das receitas previdenciais totais. Em 2004, essa relação foi de 29,36%.</p> <p>3 - Passivo Atuarial (Compromissos com os Participantes) O expressivo aumento dos compromissos com participantes ativos e assistidos em 2005 deveu-se à avaliação atuarial feita de forma mais realista nesse exercício. Dessa maneira, foram adotadas premissas, metodologias e cálculos atuariais mais conservadores em relação a anos anteriores.</p> <p>4 - Resultados O déficit técnico apresentado é decorrente, principalmente, do aumento dos "compromissos com participantes" comentado no item anterior. Tratativas entre a PREVIMINAS e a Patrocinadora estão em estágio avançado, visando a reversão, no exercício de 2006, dessa situação e a busca do equilíbrio técnico deste Plano Previdencial.</p>
Benefícios	(5.205.580,84)	(4.770.460,38)	
Rendimentos das Aplicações	16.379.157,61	13.455.772,17	
Recursos Líquidos	18.016.809,52	14.003.622,12	
Despesas com Administração	(840.446,33)	(748.794,24)	
Formação (Utilização) de Valores em Litígio	(3.863.598,96)	(2.133,04)	
Formação (Utilização) dos Compromissos com Participantes e Assistidos	(30.858.671,00)	(14.462.805,00)	
Formação (Utilização) de Fundos para Riscos Futuros	(45.284,86)	(39.470,85)	
Superávit (Déficit) do Exercício	(17.591.191,63)	(1.249.581,01)	

Consoante Demonstrativo dos Resultados da Avaliação de 2005, as Provisões Matemáticas do grupo amparado pelo plano em referência classificam-se:

Benefícios Concedidos:	R\$48.519.190,00
Benefícios a Conceder:	R\$81.145.693,00
Total:	R\$129.664.883,00

Além das provisões, figuram como passivos em relação ao supradito grupo:

Outros Fundos:	R\$157.469,78
Total:	R\$157.469,78

O cadastro que serviu de base para o processamento da avaliação atuarial foi considerado satisfatório quanto à consistência dos dados.

Não houve inovação metodológica na atual avaliação, cujas hipóteses se ajustaram aos resultados da observação, assim como ocorreu com as da avaliação precedente.

As obrigações supramencionadas estão descobertas pela parcela patrimonial atribuída às massas de participantes vinculadas à patrocinadora epigrafada –R\$117.111.659,59–, configurando-se, portanto, o déficit técnico –R\$12.553.223,41–, cerca de 10,72% do

patrimônio líquido.

Entre as causas do déficit, destacam-se:

- a1) redução do ganho inflacionário de 8% para 6%;
- a2) a redução da rotatividade de 4% para 2%;
- a3) a não adoção da revisão do plano de custeio indicada na última avaliação atuarial.

Para cobrir a insuficiência, as recomendações são as habituais:

- I - revisão do plano de benefícios;
- II - dotações patronais;
- III - elevação das taxas contributivas.

As últimas exigem a reformulação do plano de custeio, que julgamos imprescindível em face do déficit significativo.

Cumpre-nos ressaltar que as avaliações se utilizaram da Tábua AT-49 para mortalidade de válidos, permitida pelo órgão público fiscalizador (SPC), mas sem lastro na observação, cujo estudo de aderência não foi possível concluir devido à falta de dados complementares para o procedimento, os quais estão sendo providenciados pela Entidade.

Desse modo, para aprimoramento dessa premissa, estamos aguardando a remessa de um novo levantamento de dados no primeiro semestre deste ano.